



Congrega
Urcamp 2016

13ª Jornada de Pós-Graduação e Pesquisa

REVISTA DA JORNADA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
ISSN: 1982-2960

13ª JORNADA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

ASSENTAMENTOS NA BR 158 DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO - UM ESTUDO DE CASO NO ASSENTAMENTO PEA TORRÃO: "REALIDADE E PERSPECTIVAS"

NEY EDILSON NOGUEIRA FERNANDES¹

RESUMO

O presente estudo permeou os Assentamentos na Rodovia Federal denominada Br 158 com foco no Assentamento Torrão. O projeto RS 1127000 de Assentamento Estadual, "Torrão", foi criado no ano de 2002 na antiga fazenda Torrão, localizado nas margens da BR 158, no Município de Santana do Livramento/RS. A partir da sua criação, várias políticas públicas para incentivar o seu desenvolvimento econômico e social foram aplicadas, no entanto vem enfrentando uma série de entraves socioeconômicos e apresenta baixo índice de crescimento. Esta é a principal justificativa do estudo, pois o sucesso econômico e social dos moradores do assentamento colabora significativamente com o desenvolvimento municipal e regional. Os assentamentos de Santana do Livramento/RS, em especial o projeto de assentamento PEA Torrão, possui uma logística preferencial em relação os outros assentamento, pois além de ser rota estratégica de turistas que visitam a cidade de Rivera no Uruguai, possui ainda proximidade com a cidade de Santana do Livramento/RS e Rosário do Sul/RS, oferecendo enorme potencial e localização estratégica privilegiada. Nesse contexto, o objetivo geral deste estudo é de realizar um diagnóstico da situação atual do referido assentamento e definir quais são as políticas publicas atuantes, e propor um modelo de plano de Marketing Publico. A presente investigação ocorreu no segundo semestre de 2015. Realizou-se uma revisão da literatura sobre teorias e políticas públicas aplicadas aos assentamentos, entrevistas semi-estruturadas, com conversação continuada entre informante e pesquisador. Os dados secundários foram coletados junto às instituições públicas, privadas, sindicatos e associações dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e através do estudo de caso. Finalmente, pode-se concluir que não bastam ter políticas publicas disponíveis para um desenvolvimento de um assentamento. Outros fatores também são determinantes, como questões culturais, regularizações dos assentados aos órgãos competentes e maior especialização do assentado as tecnologias de produção que poderiam ser implementados através do uso de um modelo de Marketing Publico.

Palavras Chaves: Assentamentos, Marketing Público, Políticas Públicas.

SETTLEMENTS IN BR 158 OF DELIVERANCE OF SANT'ANA - A CASE STUDY IN LAYING PEA TORRÃO :

" REALITY AND PROSPECTS "

This study has permeated Settlements in the Federal Highway called BR-158 focused on the Settlement Lump. The project RS 1127000 State settlement, "Clod" was created in 2002 in the old farm Clod, located on the banks of the BR 158, in Santana do Livramento Municipality / RS. From its creation, several public policies to encourage their economic and social development have been implemented, but is facing a number of socioeconomic barriers and has a low growth rate. This is the main justification of the study, because the economic and social success of settlement residents collaborates significantly with the municipal and regional development. Santana settlements do Livramento / RS, in particular the settlement project PEA Clod, has a preferred logistics over the other settlement, as well as being strategic route of tourists visiting the city of Rivera in Uruguay, also has proximity to the city of Santana do Livramento / RS and Rosario do Sul / RS, offering huge potential and privileged strategic location. In this context, the aim of this study is to conduct a diagnosis of the current situation in that settlement and define which are the active public policies, and propose a Public Marketing Plan Template. This research took place in the second half of 2015. We conducted a literature review of theories and policies applied to settlements, semi-structured interviews with continued conversation between informant and researcher. Secondary data were collected from the public, private, trade unions and associations of the Landless Rural Workers and through the case study. Finally, we can conclude that enough not have public policies available for a development of a settlement. Other factors are also determinants such as cultural issues, regularization of the settlers to the competent bodies and greater specialization of setting production technologies that could be implemented through the use of a Public Marketing model.

Key words: Settlements, Public Marketing, Public Policy.

INTRODUÇÃO

Santana do Livramento é um Município localizado na Fronteira Oeste, na Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul e possui a segunda maior extensão territorial do Estado, com área de 6.950,388 km². Em razão desse grande território, temos grande parte do território composta por zonas rurais que podemos encontrar Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária. Segundo o último censo realizado pelo IBGE (2010), Santana do Livramento possui uma população de 82.464 habitantes, sendo que destes, 90,2% (74.383 habitantes) residem na zona urbana e o restante, 9,8% (8.081 habitantes) residem na zona rural. Tem como principais atividades econômicas a pecuária e a agricultura, destacando-se na pecuária de corte, pecuária leiteira e ovinocultura; já na agricultura: a viticultura, fruticultura, mel, soja, trigo, cevada e arroz irrigado, são as principais atividades. De acordo com dados do Censo Agropecuário de 2006, setenta por

cento (70%) das propriedades do município possuem até 200 ha e a grande maioria destas trabalham em regime de pecuária e agricultura familiar.

Os assentamentos aqui localizados possuem extensões similares e desenvolvem atividades que englobam o uso adequado e aproveitamento integrado dos alimentos e atividades relacionadas ao manejo zootécnico e do solo, sendo que suas atividades derivam principalmente destas citadas anteriormente.

Os assentamentos, no município de Santana do Livramento, começaram a ser implantados a partir do ano de 1991 através de projetos de colonização e Reforma Agrária, com a desapropriação de grandes propriedades e a divisão destas em diversas pequenas propriedades. Até o período atual (2014), já foram assentadas mais de 1.000 famílias em 34 assentamentos, de agricultores oriundos de outras regiões do Estado. Cada assentamento tem aproximadamente 35 famílias, num total de 1120 famílias (JURANDYR, 2010), as quais dependem das atividades agropecuárias para sobreviver. Para o município, estes dados representam um aumento na demanda em todos os setores como saúde, educação, segurança, agricultura, transporte e estradas.

O governo através de suas esferas administrativas vem vinculando políticas públicas com o intuito de fortalecer os assentamentos; desse modo, o Brasil conta com Ministério, autarquias que são responsáveis por proporcionar a sustentabilidade nos assentamentos, sendo assim na esfera Federal o Ministério do Desenvolvimento Agrário, incluindo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (*INCRA*), que é uma autarquia Federal cuja missão prioritária é executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional; no Estado contamos com a Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR) e no Município, de Santana do Livramento, a Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos Ltda (*COPTec*), ambas vinculadas ao *INCRA*, vêm realizando atividades em prol do desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

O objetivo principal deste estudo é realizar um diagnóstico da situação atual dos assentamentos no município de Santana do Livramento, em especial do Assentamento PEA Torrão, definindo quais são as políticas públicas atuantes e quais os benefícios que os assentados têm com as mesmas. Possibilitando mapear as possibilidades de crescimentos relacionadas com a aplicação das políticas públicas, evidenciando a gestão sócia econômica vinculada ao marketing público.

MATERIAIS E METODOS

O referente artigo tem em sua metodologia, a Pesquisa Exploratória Descritiva de natureza Qualitativa (GIL, 2010). Os procedimentos foram baseados na pesquisa bibliográfica, documental e no estudo de caso (K. YIN, 2001). Também se utilizou

entrevistas semi-estruturadas, com conversação continuada entre informante e pesquisador. Os dados secundários foram coletados junto às instituições públicas, privadas, sindicatos e associações dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. O local do estudo de caso foi o Assentamento PEA Torrão, localizado na BR 158, no município de Sant' Ana do Livramento/RS, onde se aplicaram os questionários a cada titular dos 21 lotes de terras existentes no assentamento, perfazendo um total de 100% dos entrevistados.

O problema fundiário do país tem seu início em 1530, com a criação das capitânicas hereditárias e do sistema de sesmarias, onde a Coroa portuguesa disponibilizava terra a quem se dispusesse a cultivá-las dando em troca um sexto da produção. Iniciava o latifúndio. Em 1822, com a Independência do País, agravou-se o quadro: a troca de donos das terras se deu sob a lei do mais forte, em meio a grande violência. Só em 1850 o Império tentou ordenar o campo ao editar a Lei das Terras. A instauração da República, em 1889, um ano e meio após a libertação dos escravos, tampouco melhorou o perfil da distribuição de terras. O poder político continuou nas mãos dos latifundiários, os temidos coronéis. Apenas no final dos anos 50 e início dos anos 60, com a industrialização do País, a questão fundiária começou a ser debatida pela sociedade, que se urbanizava rapidamente. Surgiram no Nordeste as Ligas Camponesas e o Governo Federal criou a Superintendência de Reforma Agrária (*SUPRA*). Ambas foram dentro do quadro que resultou no golpe militar de 1964. Contraditoriamente, logo no início, o regime militar deu o primeiro passo para a realização da reforma agrária no País. O Estatuto da Terra é editado (Lei nº 4.504, de 1964) e são criados o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (*ILBRA*) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (*INDA*), em substituição à *Supra*. Em 4 de novembro de 1966, o Decreto nº 59.456 instituiu o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária, que não saiu do papel. Em 9 de julho de 1970, o Decreto nº 1.110 criou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (*INCRA*), resultado da fusão do *ILBRA* com o *INDA*.

A redemocratização, em 1984, trouxe de volta o tema da reforma agrária. O Decreto nº 97.766, de 10 de outubro de 1985, instituiu novo Plano Nacional de Reforma Agrária, com a meta de destinar 43 milhões de hectares para o assentamento de 1,4 milhão de famílias até 1989 (BATISTA, 1996). Criou-se para isso o Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária (*MIRAD*). A responsabilidade pela reforma agrária passou para o Ministério da Agricultura. Em 29 de março de 1989, o Congresso Nacional recriou o *INCRA*, rejeitando o decreto-lei que o extinguiu, mas a falta de respaldo político e a pobreza orçamentária mantiveram a reforma agrária quase paralisada.

A questão foi, então, vinculada diretamente à Presidência da República com a criação, em 29 de abril de 1996, do Ministério Extraordinário de Política Fundiária, ao qual imediatamente se incorporou o *INCRA*. Em 14 de janeiro de 2000, o Decreto nº 3.338 criou o Ministério do Desenvolvimento Agrário (*MDA*), órgão ao qual o *INCRA* está vinculado hoje. A reforma agrária no Brasil teve alguns fatos marcantes. Na década de 90, surgem novos cenários para o espaço agrário no Rio Grande do Sul, com a conseqüente instalação de assentamentos rurais; provocando mudanças no cenário rural local.

Precisamente o ano de 1991 é o marco das mudanças no espaço agrário da Campanha Gaúcha, pois foi quando o *MST* realizou sua primeira ocupação, após as vitorias realizadas pelo *INCRA* no município de Bagé. Após este fato, uma nova reorientação é dada às ações do *MST* que deram início à penetração da luta pela terra no reduto latifundiário gaúcho.

Na atualidade, no Estado do Rio Grande do Sul, existe o Programa Estadual destinado a reforma agrária, que abrange 96 municípios, com 13.306 famílias assentadas em 283.852,14 há (*IBGE*). Conforme dados da Secretaria de Desenvolvimento Rural (*SDR*), atualmente existem 325 assentamentos entre projetos da União e do Estado. Deste total 157 projetos organizados em 175.401,20 ha, totalizando 7.874 famílias são Assentamentos Federais (*PA's*) e 136 projetos organizados em 83.865,55 ha com 4.372 famílias são Assentamentos Estaduais. Também existem 32 projetos de assentamentos compartilhados entre Federação e Estado, com área total de 24.585,38 ha com 1.149 famílias. De todos estes projetos de assentamentos no Estado do Rio Grande do Sul, Santana do Livramento, na atualidade, têm 30 assentamentos oriundos de projetos da reforma agrária, uma das maiores concentrações do Estado.

O foco principal deste estudo é o projeto RS 1127000 de Assentamento Estadual "*Torrão*", foi criado no ano de 2002 na antiga fazenda Torrão, localizado nas margens da BR 158, no Município de Santana do Livramento. O assentamento possui atualmente uma capacidade de assentados com 22 famílias, com uma área de criação do projeto de reforma agrária de 505,54 hectares (*SDR*). Seus moradores provêm de várias regiões do estado, predominantemente da região do Vale do Uruguai e do Planalto Médio (*INCRA*), onde se instalaram e começaram a prática agropecuária no município, modificando o cenário cultural do mesmo. De acordo com dados do *INCRA* e *IBGE*, o projeto de assentamento *PEA Torrão*, possui as seguintes características: Denominação do imóvel: Projeto de Assentamento *PEA Torrão*; Denominação do Assentamento: Torrão ; Data e nº da Portaria de criação do *PA*: criado em 2002; Distância da(s) sede(s) municipal (is): 35 Km de Santana do Livramento; Área Total: 502,1 hectares ; Área Requerida na lei de Reserva Legal:

100,42 ; Área Requerida na lei de Preservação Permanente: 138; Capacidade de assentamento do imóvel em termos de famílias: 22 ; Área média das parcelas: 21,48 hectares; Número de famílias atual X capacidade de assentamento prevista na portaria de criação: atualmente residem 22 famílias na área destinada para 22.

Os assentamentos, em um contexto geral, possuem diversos fatores que refletem em seu real desenvolvimento sustentável, influenciando diretamente na permanência do “homem ao campo”. A agricultura familiar pode ser considerada muito mais do que apenas um modelo econômico de agricultura. Ela também está na base da gestão da terra, da água e de outros recursos naturais e traduz dimensões culturais importantes para o desenvolvimento integral dos povos.

Segundo relatório da *Organização das nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)*, estima-se que no mundo existam 500 milhões de tipos de agricultura familiar que representam em média mais de 80% de explorações agropecuárias. Estas populações detêm conhecimentos, práticas e tecnologias que protegem a biodiversidade e promovem a sustentabilidade ambiental, contribuindo para a maior oferta de produtos para uma alimentação adequada e saudável. Além disto, elas são fundamentais para a criação de empregos e a geração de renda em nível local, entre vários outros aspectos.

Segundo Riedl; Navarro (1998), a necessidade de fortalecimento da agricultura familiar, não pode estar dissociada das políticas e das práticas que visam democratizar o acesso á terra, a água e aos recursos florestais e outros que buscam a melhoria das condições de vida e de trabalho das comunidades rurais, bem como das que podem assegurar exercício pleno das suas culturas e tradições.

Os fatores que inibem o desenvolvimento dos assentamentos, segundo Batista (2004), se relacionam com fatores econômicos e a uma má aplicação das políticas públicas. Estes fatores interferem na sustentabilidade dos assentamentos de forma regressiva para seu crescimento. Estas políticas e práticas, incluía a reforma agrária, a restituição de terras, o reordenamento fundiário, os registro de posses, a demarcação e a proteção de áreas, o reconhecimento de sistemas tradicionais, a solução de conflitos, o acesso á educação, á saúde, á moradia ao crédito subsidiado, a assistência técnica e a cooperação agrícola, entre tantas ações (RIEDL; NAVARRO 1998). Desta forma, no “*Ano Internacional de Agricultura Familiar*” (AIAF) um momento privilegiado para discussão e reflexão sobre o papel desempenhado pelo estado e pela sociedade civil na construção de políticas públicas integradas. Suas atividades deverão mostrar em que média é possível aperfeiçoar as capacidades institucionais do Estado para contribuir para alcançar este objetivo. De modo

semelhante, elas poderão consolidar na sociedade compreensão inovadoras sobre a importância das populações rurais e de seus territórios em suas várias dimensões.

De acordo com Schmidt (1998), quando ocorrem projetos de assentamentos, geralmente ocorre a migração de pessoas de outros municípios, já que existe um banco de dados no *INCRA*, onde pessoas de vários lugares com as características exigidas para projetos de assentamentos se inscrevem e são beneficiadas quando estão disponíveis lotes de terras para assentamentos; isso faz com que os níveis populacionais de cada cidade aonde são criados assentamentos e as demandas das mesmas modifiquem ao longo dos tempos, em razão deste movimento migratório. Romeiro (1994) entende que no meio rural, os moradores é que devem antever, planejar, criar e montar suas estruturas de produção, de locomoção, moradia, social, religiosa, educacional entre outras, para que possam ter uma vida razoavelmente digna, enquanto que se forem se estabelecer em um centro urbano, essas infraestruturas já estão prontas, bastando conseguir uma colocação remuneradas para garantir o sustento e sobrevivência.

Conforme demonstra o trabalho de Zinga e Pedlowski (2003), em levantamento das causas que motivam o abandono dos locais de assentamentos como:

Dificuldades para tratamento de saúde, falta de apoio técnico de cultivos, falta de aptidão agrícola, dificuldade de locomoção para o ensino e precariedade de escolas, quebras de safras, devido problemas climáticos e baixa fertilidade do solo ou impossibilidade de ações corretivas do mesmo, além desejarem dispor dos confortos equiparados com dos centros urbanos.

Conforme Batista (2004), um dos motivos de alguns assentamentos darem certos, e sendo ponto de referência em análises de suas causas, foram viabilizados por dispor de pessoas com determinação, estudo e poder de liderança, que mantinham seus membros componentes unidos, sempre renovando suas motivações com reuniões e atividades sociais, culturais onde explicitavam suas conquistas alcançadas, e motivando novos objetivos a serem perpetrados, mantendo assim as famílias agregadas, com ânimo pela continuação das labutas pela dignidade social.

Segundo Romeiro (1994), Outro fator que deverá ser levado em conta quanto aos pontos que auxilia na decisão de permanência nas atividades de assentado é o grau de especialização que o agricultor possui referente a atividade de produção, ou escolha do produto que deseja cultivar, dentre estas escolhas quanto maior for seu grau de conhecimento e especialização na cultura maior sua chance de melhorar a renda e conseqüente satisfação na atividade, incentivando a continuação e satisfação na

permanência como produtor rural; dessa forma, conseqüentemente ocorrerão menor desistência dos lotes (RIEDL; NAVARRO, 1998).

Dentro da realidade atual, os assentamentos agrícolas devem possuir uma estrutura mínima de funcionamento e condições de sobrevivência que permitem os moradores poderem desfrutar de confortos relativos, semelhantes aos de uma região urbana, para assim dar-lhes condições de permanecerem no local levando uma vida condigna para si e seus familiares, exemplo disso temos nos países desenvolvidos como a Bélgica, Holanda, França, onde os agricultores recebem subsídios, para permanecerem nos seus sítios e produzirem os alimentos tão necessário para a população urbana desses países (BATISTA, 2004). Além disso, o governo prioriza levar o conforto da infraestrutura moderna aos moradores rurais, para que os mesmos não abdicuem da permanência rural em detrimento aos confortos urbanos. Nos assentamentos agrícolas e agrovilas, promovidos pelo poder público. São áreas de terras pertencentes a união, que cedidas á famílias de agricultores que estavam em busca de terras agricultáveis para se estabelecerem (*INCRA*). Quando o governo efetua a distribuições de lotes para assentados, tem a obrigação de prover a infraestrutura mínima necessária, como moradias, mantimentos e treinamentos com subsidio de valores para investimentos, que permitam iniciarem as plantações de subsistência e fonte de renda.

Dentre esses parâmetros comparativos deve-se levar em conta as necessidades mínimas: Saúde. Educação, religiosidade, lazer comum, comunicação, acesso e transportes. Dessa forma as famílias e seus descentes, não terão motivos para deixarem seus lares familiares em busca de sobrevivência em centros urbanos com melhor infraestrutura e conforto. Cabe também ressaltar, a necessidade de incluir nas políticas públicas as estratégias de promover, esclarecer e motivar as novas classes de estudantes e trabalhadores, por intermédio de divulgação e instruções as reais vantagens e desvantagens de optar pela profissão de produtor rural ou como produtor de alimentos e bens de consumo de primeira necessidade.

Para se ter parâmetros de análises comparativas, e poder visualizar no geral o andamento das atividades produtivas e comerciais, deve-se possuir um sistema de controles, que permitam levantar informações, de tal sorte, que nos permita identificar a estrutura dos possíveis negócios existentes em um assentamento. Para tanto se faz necessário as compilações de dados que ocorram no dia a dia e ou nas execuções das tarefas. Estes dados se corretamente registrados, possibilitarão ter as informações que possam nos direcionar nas execuções corretivas, e permitir alcançar um patamar de eficiência que permitirá equilibrar as contas tornando a atividade rentável em um processo de reforma agrária.

Conforme diagnóstico do INCRA, a viabilidade econômica e produtiva nos assentamentos no Brasil passam por dificuldades que interferem em seu ganho produtivo; ocasionados por três tendências de conflitos de viabilidade econômica. A primeira relaciona ao contexto geral em que ocorrem os conflitos, pois as famílias assentadas pelo INCRA em agrovilas, mesmo após os treinamentos iniciais de gestão e produção, declinam de sua posse, há famílias assentadas que não conseguem sucesso quanto a sua capacidade de produzir e comercializar, faltando para complementação do ciclo, orientação técnica de ampla visão, que coordene a junção de produção com a real necessidade de mercado. Incentive também a industrialização de seus produtos para assim diversificar e melhor distribuir as tarefas entre o pessoal, que não tem como aptidão a produção agrícola, e trazer trabalho para todos os segmentos possíveis, dentro de um polo produtivo. A segunda tendência, relacionada a situação de conflito observada, identifica que mesmo que o agricultor tenha técnicas de produção motivadas para o agronegócio, não ocorre uma completa motivação quanto à produção e permanências dos assentados em suas áreas de assentamento. De acordo com o INCRA, falta motivação, conhecimento de negociação, cooperação mútua, junção de produção para alcançar escala, visão de agregar valor aos produtos para atender mercados em centros consumidores, conhecimento mais aprofundado dos líderes quanto a gestão do assentamento como um todo. Em suma, falta gestão de negócios. A terceira tem por base a descrição do problema específico ou necessidade que causa o conflito, ou seja, a visão de mercado e entendimento de suas preferências. Segundo Riedl; Navarro (1998), falta para os produtores rurais, na parte produtiva, uma pesquisa e conhecimento das características e necessidades dos consumidores, planejamento sobre consorciação e seus benefícios escalonados, falta de percepção do agronegócio sustentável e inter-relação do plantio, tratamentos, colheita, industrialização, vendas e pós-vendas.

O município de Santana do Livramento, através da Prefeitura Municipal, e sua secretaria correspondente, intermedia os principais programas e projetos vinculados ao Governo Federal e Estadual, com o propósito de aplicação e execução de políticas públicas que beneficiem a agricultura familiar local. Segundo dados do INCRA, a Prefeitura de Santana do Livramento firma dois (2) convênios fundamentais aplicáveis a agricultura familiar, sendo eles: a *COPTec/INCRA: Atuação na Área de ATES* no município de Santana do Livramento e o Convênio INCRA/EMBRAPA: para atuar nas unidades demonstrativas. Além do objetivo de criar um "Assentamento modelo".

Toda sociedade necessita de um setor público, cuja função mais importante é definir os princípios operacionais dessa sociedade. Com a propaganda e a promoção de vendas, a

relação pública é outra importante ferramenta de marketing. Kotler (1997) em Administração de marketing define um público da seguinte maneira:

Público é qualquer grupo que tem interesse ou impacto real ou potencial sobre as condições da empresa ou sociedade para atingir seus objetivos. Relação pública, envolve uma variedade de programas destinados a promover e/ou proteger a imagem de uma empresa, produto e/ou sociedade.

Quando relacionamos o marketing num contexto público, encontramos conceitos que são fundamentais para um bom entendimento do assunto, podemos citar alguns, entre eles o *marketing local* e o *marketing social*, conceitos importantes que as organizações deveriam desenvolver e entregar valor superior para os clientes de forma a manter ou melhorar o bem estar do consumidor e da sociedade. Marketing Local é onde se define a abordagem do marketing visando estimular movimentos espontâneos e voluntários em comunidades ou grupos, determinando os mesmos para uma unida causa, determinando ainda formar defensores ou propagadores do marketing de uma localidade (KOTLER 2008). O Marketing Social é a aplicação do marketing para apoio de causas adotadas por uma empresa ou uma organização pública, fazendo referências, especificamente a esforços centrados a influenciar comportamentos com atuações de programas que irão melhorar a saúde, evitar acidentes, proteger o meio ambiente e contribuir de modo benéfico a sociedade (KOTLER, 2012).

Segundo aos professores do Departamento de Mercadologia da FGV – EAESP e convidados (2003), o marketing social, também pode ser entendido como o processo social voltado para satisfazer as necessidades e os desejos de pessoas e organizações, por meio da criação da troca livre e competitiva de produtos ou serviços que geram valor para as partes envolvidas no processo. As influências positivas sobre os hábitos da população, fazem com que os cidadãos observem as influências que as boas práticas e programas lançados pelo governo, beneficiam seus ramos de negócios ou de subsistência.

De maneira sucinta, Kotler (2012), relata os doze princípios fundamentais para que um profissional que queira aplicar esta teoria de *marketing social*, tenha sucesso, sendo as principais: aproveitar campanhas de sucesso atuais e as já realizadas; Iniciar com mercados-alvo mais preparados para ação; promover comportamentos singulares, simples; cada qual em seu tempo; identificar e remover barreiras para mudanças de comportamentos; utilizar canais de mídia no momento da tomada de decisão entre outras.

O papel fundamental de um plano de marketing tanto no setor público como no setor privado, é de gerar ou buscar alternativas de receita, apoiar agências Federais, Estaduais e Municipais e promover uma determinada localidade ou cidade, afim de aumentar o turismo e

a renda do local, (KOTLER, 2008). O plano de marketing, em outras palavras, deve exaltar seus ambientes internos e externos, mostrando as aptidões que a localidade estudada deve ter para ganhar investimentos para seu desenvolvimento, com o intuito de promover o local. Segundo Kotler (2012) a estratégia inicial é motivar as pessoas da localidade a se tornarem uns “guardiões da imagem da localidade” baseado em modelos de sucesso, onde a população se motivou a exaltar o lugar aonde vive. Isso quer dizer que seria necessário ser rigoroso e coordenar esforços para criar, expandir e proteger a imagem da cidade ou localidade e utilizá-la para impulsionar o turismo e o desenvolvimento econômico da região. De acordo com Kotler (2008), o desenvolvimento de um plano de marketing exige um processo sistemático que inicie com a análise da situação atual e do ambiente, passe para o estabelecimento de objetivos e de metas de marketing, identificando público-alvo, determinando o posicionamento desejado e projetando um composto (mix) de *marketing estratégico* (4 “Ps”), então conclua com o desenvolvimento de planos de avaliação, orçamento e implementação (KOTLER, 1998). Algumas vezes o plano é criado para um programa, produto, lugar, ou serviço específico dentro de uma agencia (Por exemplo, o aumento do numero de visitantes em uma praça); de um mercado geográfico específico; ou se um segmento de uma população específica. Algumas vezes, mas com menos frequência, planos são criados para uma agencia inteira ou entidade. Os planos são em geral, desenvolvido em um período de 1 a 3 anos, com atualizações anuais, (KOTLER, 2012). O documento de planejamento pode ainda contemplar qualquer objeção interna com relação ao *marketing*. Quem der prosseguimento ao assunto, terão indícios de que as atividades recomendadas estão baseadas em pensamentos estratégicos. Compreenderão por que públicos-alvo específicos têm sido relacionados e representam o uso eficaz e eficiente de recursos. Verificarão quais custos previstos se pretende produzir em prazos específicos e quantificáveis que podem ser produzidos em retorno sobre o investimento. Por fim, Kotler (2008) em sua obra “Marketing no Setor Publico”, define que para maior formalização na implantação do *marketing publico*, o plano deverá ser finalizado com um documento que especifique quem fará o quê, quando e por quanto tempo, isso transforma a estratégia de *marketing* em ações, oferecendo um cenário claro das atividades de *marketing*, responsabilidade, cronogramas e orçamentos, com propósito de beneficiar o público-alvo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para responder à problemática proposta: “Porque grande numero de Assentamentos localizados na BR 158 do Município de Santana do Livramento, especialmente o Assentamento Torrão, tem baixo crescimento, sendo que políticas públicas para incentivar o seu desenvolvimento econômico e social são aplicadas a cada ano?”, Considerando um

referencial teórico que trata das características evolutivas da reforma agrária, dificuldade em desenvolver sustentavelmente uma pequena propriedade rural, órgãos Públicos (Nacionais, Estaduais, Municipais) e as principais políticas públicas atuantes e não atuantes dentro de projetos de assentamentos, demonstram-se, a seguir, as considerações a respeito da pesquisa realizada.

Através de pesquisa documental, visita a campo, entrevistas com assentados e funcionários públicos dos órgãos atuantes nos assentamentos – foi possível realizar um diagnóstico que apresenta-se a seguir: O assentamento está formado por 21 famílias, organizadas em três núcleos de base, sendo que duas pessoas de cada núcleo, um homem e uma mulher, fazem parte da coordenação do assentamento. A coordenação do assentamento é composta por dois coordenadores por cada núcleo; além desses tem mais dois dirigentes que representam o assentamento na direção regional e pelos membros da diretoria da comunidade.

Para compor a infraestrutura em lazer do assentamento Torrão, o mesmo apresenta como estrutura social que podemos destacar uma sede comunitária, campo de futebol, uma cancha de bocha. Nos finais de semana a sede da comunidade se transforma em ponto de encontro para as crianças, jovens e adultos, que se reúnem para a realização de jogos de bola, bocha e baralho. Todos participam destas atividades de lazer. Acontecem também na sede do assentamento cultos.

De acordo com sua estrutura econômica podemos destacar a existência de quatro grupos informais de máquinas e implementos agrícolas, dois grupos informais com entrega de leite, em que cada grupo tem um resfriador para coleta e entrega de leite. Também as famílias estão principalmente organizadas na produção de leite, gado de corte e grãos.

Como infra-estrutura no assentamento, encontramos a sede com imensas benfeitorias. O restante da infraestrutura básica como casas de moradia nos lotes, estradas, rede elétrica e abastecimento de água, vem sendo implantada a partir da ocupação dos lotes pelos assentados (DDA, 2006). O acesso principal para o assentamento é através da BR158; as estradas vicinais do assentamento são de chão batido e em 2 lotes não tem acesso através de estrada construídas.

O acesso à educação do PEA Torrão é regular. Para o ensino básico o deslocamento é de 10 km e para o ensino médio é necessário o transporte escolar, até a sede do município distante 35 km.

As famílias do PEA Torrão, geralmente utilizam os postos de saúde e a rede hospitalar existentes em Santana do Livramento, distante 35 km, através do Sistema Único de Saúde (SUS), necessitando deslocar-se até a sede do município para buscar atendimento.

O acesso ao saneamento no PEA Torrão é ainda limitado. A água consumida pelas famílias é oriunda de poços e cacimbas, não sofrendo tratamento antes do consumo, embora seja aparentemente de boa qualidade, as famílias estão sem água encanada. A falta de água encanada é uma dificuldade adicional para a instalação de banheiros mais adequados.

Os resíduos sólidos orgânicos e inorgânicos (restos de alimentos, garrafas plásticas, latas, vidros, frascos de vacinas, embalagens de defensivos, etc.) gerados pelos assentados também carecem de tratamento adequado.

A composição do solo é composta por terras arenosas impróprias para agricultura (*COPTec, 2010*), mesmo assim, são utilizadas para este fim, inclusive com práticas de cultivo inadequadas, como excessiva mobilização do solo. Esta prática, tradicionalmente utilizada pela maioria dos proprietários de terra da região, explica a ocorrência de solos degradados, apresentando diminuição da infiltração de água, devido a compactação, erosão do solos, entre outros. (*DDA, 2006*).

Segundo dados do *INCRA (2012)*, as principais atividades produtivas são o leite e a produção de soja e milho. O leite tem um baixo custo de produção, o que garante um retorno financeiro significativo, apesar da produtividade de 7, 12 litros/animal/dia, (*COPTec*). Para os cultivos dispõem de maquinário (trator, plantadeira e pulverizador).

Os serviços de apoio à produção disponíveis no município e que podem ajudar o assentamento a se desenvolver são: a Cooperativa Regional dos Assentados da Fronteira Oeste Ltda (*COPERFORTE*), a Secretaria de Agricultura do Município de Santana do Livramento, o escritório da Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (*EMATER*), a *COPTec*, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (*SENAR*) e a Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (*FEPAGRO*), além de alguns escritórios de assistência técnica privada. O assentamento recebe apoio técnico principalmente da *COPTec*, sendo também atendida pela Secretaria de Agricultura do município e pela *COPERFORTE* relacionado à produção de leite.

Conforme já foi citado, um programa de reforma agrária pode ser contemplado com diversas políticas públicas que podem ser atuantes em um projeto de reforma agrária. Para suprir tal objetivo, o pesquisador apresenta esse resultado sobre as políticas públicas atuantes no assentamento Torrão, desde sua criação até previsões de investimentos para o ano de 2015, que são: Programas e Créditos Acessados de 2002 à 2013: Programa crédito de instalação – 16 beneficiados; Programa PRONAF A, B e C – 20 beneficiados; Programa Minha Casa Minha Vida – 13 beneficiados.

No que tange a Programas Federais de Crédito Agrário Acessados em 2014: Programa Nacional de Crédito Fundiário – 3 beneficiados; Programa do Plano Safra – 1 beneficiário; Programa PRONAF (A) – 1 beneficiário.

Quanto a Programas Executados no ano de 2014: Programa PACTO – Promoção a saúde; Programa PABE - Base Ecológica; Programa Leite Gaucho – Bacia leiteira.

O assentamento receberá no próximo ano de 2016, três (3) novos investimentos do Governo Federal em Infraestrutura para o assentamento, sendo elas: construção de uma (1) quadra poliesportiva, redes de água e recuperações de estradas vicinais.

Ainda no estudo foi realizada uma pesquisa de campo, através de entrevistas semi-estruturadas, com conversação continuada entre informante e pesquisador, aonde pode aplicar um questionário com 4 perguntas para os 21 assentados residentes no assentamento PE Torrão, perfazendo um total de 100 % dos entrevistados assentados. Identificando seu tempo de permanência no assentamento, migração de agricultores de outras regiões, as políticas públicas que ao seu conhecimento foram aplicadas em sua propriedade rural e se a vida deles melhorou ao residirem no assentamento. Estas informações referentes aos questionários serão mais bem observadas a seguir:

Quanto a permanência do assentado desde inicio da criação do assentamento evidencia que 57% dos agricultores entrevistados não foram assentados desde o inicio de formação do assentamento. Chegando a conclusão de que houve desistência da terra ou troca de lotes entre os assentados, dando oportunidade para que novos moradores fossem instalados pelo *INCRA* em lotes de terra vagos. Os fatores que levaram esta desistência, segundo a *COPTec* e *INCRA* podem ter sido questões culturais em relação com a não adaptação com o município, distancia entre parentes, pessoas que migraram de zonas urbanas e não se adaptaram as realidades do local, entre outras.

Quanto ao número de assentados que veio de outros

Constatou-se que (53%) é oriunda de outros municípios do Estado do Rio Grande do Sul; quando conversado informalmente dos fatores que levaram a vir residirem em Santana do Livramento, uma grande parcela informou que foi por já possuírem algum parente residindo na cidade ou por o *INCRA* indicar que existia lotes de terras vagos possibilitando as pessoas saírem de acampamentos sem terra para locarem os lotes vagos no assentamento Torrão.

Quanto ao recebimento de incentivos as famílias assentadas 52% receberam algum tipo de investimento para desenvolvimento de sua propriedade.

Quanto ao fato se a vida dos assentados melhorou revela que 95% dos assentados, ou seja, 20 dos 21 titulares dos lotes de terra revelam que suas famílias estão completamente satisfeito em residirem no assentamento. Que suas vidas melhoraram depois de serem

assentados. Muitos deles residiam em periferias nas cidades ou eram peões rurais de estâncias, e ao virem para o assentamento, adquiriram um “pedaço de terra” aonde possibilita seu desenvolvimento sustentável e melhoria de vida para sua família, são as revelações apresentados em conversa informal com o pesquisador e assentados durante a pesquisa.

De acordo com o referencial estudado, e após realizar um diagnóstico atual do assentamento em estudo, pode-se sugerir a implementação de “Marketing Publico” no assentamento PEA Torrão. A aplicação deste modelo poderá servir de base para aplicação de um plano de marketing não somente no assentamento estudado, mas também em outros assentamentos já que os fatores críticos dos assentamentos são semelhantes, segundo constatado no estudo; possibilitando também a implementação de um planejamento estratégico do marketing publico, com intuito de desenvolvimento econômico e social dos assentamentos em geral. O Fluxograma esta na sequência na figura nº 1.

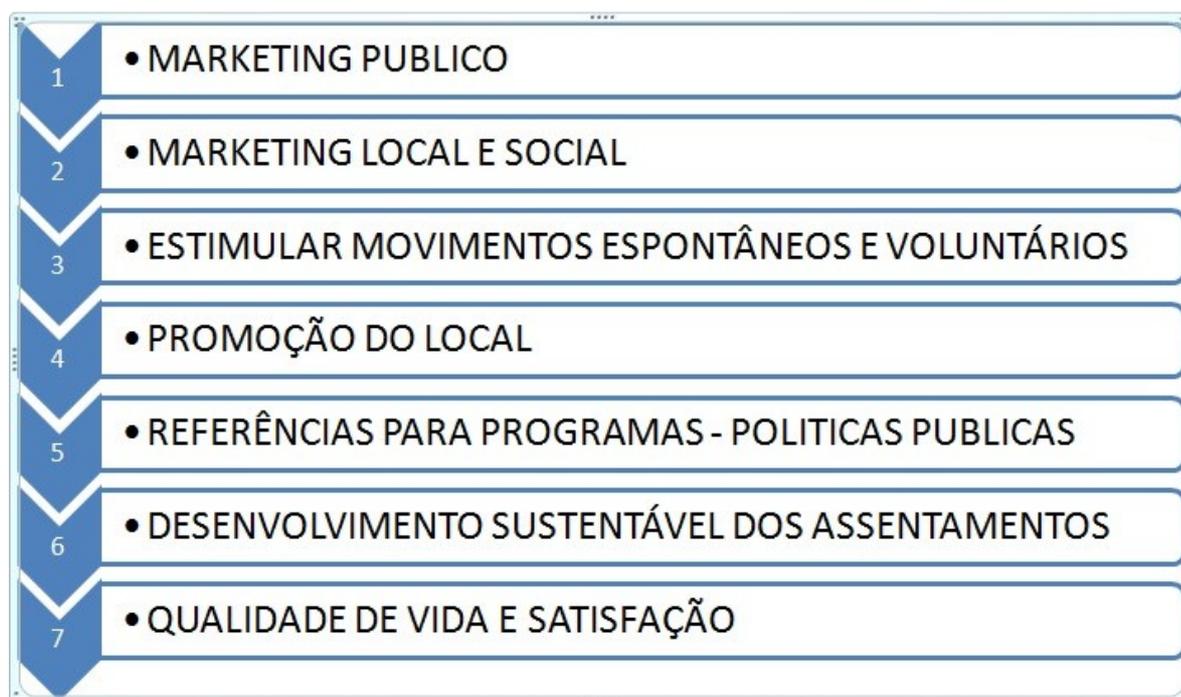


Figura 01: Fluxograma de implementação de Marketing Publico

Fonte: Kotler, 2008

CONCLUSÃO

O município de Santana do Livramento, localizado na Metade Sul do Rio Grande do Sul, onde predominam atividades do setor primário, em especial nos projetos de assentamento aqui existentes. Conclui-se através do diagnostico e das perspectivas o porquê do assentamento PEA Torrão ter baixo crescimento, sendo que políticas públicas para incentivar o seu desenvolvimento econômico e social são aplicadas a cada ano.

A pesquisa bibliográfica e documental, objetivando elucidou o processo de reforma agrária no Brasil e na Região, Políticas Públicas (Federal, Estadual e Municipal), gestão sócio econômico e marketing público. Tendo por suporte o embasamento teórico e o diagnóstico que identificou as principais políticas públicas (Federais e Estaduais) que podem vir a beneficiar o assentamento Torrão; e tendo por base a pesquisa a campo e a conversação continuada entre informante e pesquisador, chegou à determinação que seu crescimento econômico e social é prejudicado devido à barreira que o agricultor tem em acessar as políticas públicas disponíveis. Já que mais da metade dos assentados são moradores recentes e estão irregulares no assentamento. Dos vinte e seis (26) programas e projetos disponibilizados a cada ano pelo Governo Federal e Estadual somente seis (6) programas (Programa Crédito de Instalação, *PRONAF*, Programa Minha Casa Minha Vida, Plano Safra, Programa Federal PABE e o Programa Estadual Leite Gaúcho) contemplaram o assentamento Torrão e três (3) benfeitorias em infraestrutura (Quadra poliesportiva, redes de água e recuperação de estradas vicinais) serão estabelecidas no próximo ano de 2016. Como sugestão, os órgãos públicos que intermédia esta questão devem identificar os agricultores com situação irregular e providenciar a regularização, sanando esta dificuldade em acessar recursos. Outro aspecto importante que identificamos no decorrer da pesquisa, de acordo com o que o relatório da *Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)*, que defende a hipótese de que para uma população oriunda da agricultura familiar ter grandes avanços em seu processo produtivo, deve deter conhecimentos, práticas e tecnologias que protejam a biodiversidade e promovam a sustentabilidade ambiental, contribuindo para a maior oferta de produtos para uma alimentação adequada e saudável; aspecto esses não identificados no assentamento estudado, pois além de nenhum integrante dos agricultores terem nível superior em alguma área correlacionada com a produção agropecuária, eles ainda utilizam técnicas inadequadas para a produção local, não perfazendo este aspecto definido pela *FAO*.

Entende-se que as teorias de Marketing Públicas estão diretamente relacionadas no desenvolvimento sustentável dos assentamentos; visando estimular movimentos espontâneos e voluntários nos assentados, determinando os mesmo para uma única causa; além deste fator, também podemos evidenciar promoção do local, fazendo referências com intuito de influenciar comportamentos com atuações de programas que irão melhorar a saúde, evitar acidentes, proteger o meio ambiente, contribuindo de modo benéfico a sociedade do assentamento.

Ao finalizar este trabalho, constata-se que o assentamento tem perspectivas de crescimento e de desenvolvimento de um plano de marketing que possam sanear os problemas

identificados. Como encaminhamento para novos estudos, proponho futuramente um modelo que vise á implementação de um planejamento estratégico do Marketing Público deste assentado, de modo a beneficiar a população inserida neste contexto, promovendo maior desenvolvimento econômico e social da população deste assentamento estudado.

É preciso considerar as eventuais limitações deste estudo que focou principalmente no assentamento Torrão, mas que apesar disso poderá ser um referencial básico para aprimorar o desenvolvimento dos outros assentamentos considerando-se que os fatores críticos são semelhantes em todos conforme foi constatado na pesquisa.

5 REFERENCIAS

BATISTA, F.J,A; PEÇANHA, J. A. M. C.; VASCONCELOS, T.C. **As políticas Públicas e os Projetos de Assentamento**. Universidade Federal de Paraíba, 2004.

FURASTÉ, A.P. **Normas Técnicas para o Trabalho Científico**. 16v; Ed. Dáctilo Plus, Porto Alegre, 2012. 230p.

GIL, A.C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5° ed; Ed. Atlas S. A, SP, 2010.

JURANDYR, P.F. **Instituto brasileiro de geografia e estatística (IBGE): Enciclopédia dos municípios brasileiros**. V. XXXIII, Rio de Janeiro, 2007.

RIEDL, M.; NAVARRO, Z. S. Reforma agrária na Região Sul. In: SCHMIDT, B. V. *et al* (Org.) **Os assentamentos de reforma agrária no Brasil**. Brasília: Ed. UNB, 1998.

ROMEIRO, Adhemar; GUANZIROLI, Carlos; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio; (orgs). **Reforma Agrária: produção, emprego e renda o relatório da FAO em debate**. Rio de Janeiro, Vozes/lbase/Fao. 1994.

SCHMIDT, Benício Viero. MARINHO, Danilo Nolasco C.. ROSA, Sueli L. Couto. (Orgs.). **Os assentamentos de reforma agrária no Brasil**, Brasília, Brasil, Editora Universidade de Brasília, 1998.

ZINGA, Miguel R.M. PEDLOWSKI, Marcos A. Identificando As Causas Da Permanência E Desistência De Assentados No P.A. Zumbi Dos Palmares, Campos Dos Goitacazes, Rj., XI Congresso Brasileiro de Sociologia UNICAMP, Campinas, SP, 2003.

KOTLER, P; **O Marketing das Nações**. Ed. Futura; SP 1997.

KOTLER, P; **Administração de Marketing: Análise, Planejamento, Implementação e Controle**. 5° V; Ed. Atlas S.A. SP; 1998.

KOTLER, P; LEE, N; **Marketing no Setor Público**. Ed. Bookmam. Porto Alegre, RS; 2008.

KOTLER, P; **Administração de Marketing: Marketing management**. 14° V; Ed. Pearson Education do Brasil; 2012

K. YIN, Robert. Estudo de Caso – **Planejamento e Métodos: Bookman**, 2001.

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/06/05/2014;17:15min>.

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/familia_censoagro2006.pdf/21/11/2014

<http://censo2010.ibge.gov.br/06/052014;17:50min>.

<http://www.sdr.rs.gov.br/13/072014;20:30>.

<http://www.incra.gov.br/>

<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/decom/paa>

<http://www.fn-de.gov.br/index.php/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>